

MULHERES RACIALIZADAS NO SUL DA BAHIA: MAPEANDO COLONIALIDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADE¹

Racialized women in southern Bahia: mapping colonialities of gender, race/ethnicity and sexuality

Ana Claudia Lemos **PACHECO**

Doutora em Ciências Sociais

Professora Titular de Sociologia na Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

Professora Permanente do Mestrado acadêmico de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Bahia.


ana_pachecau@hotmail.com.


Manoelle **Lopes FONTES**

Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Brasil.

manufonts19@gmail.com.

<https://orcid.org/0000-0001-8378-9067> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Neste artigo, propomos discutir como a produção de narrativas colonizadoras estruturadas por dispositivos de gênero, raça e sexualidade expressaram-se sobre corp@s colonizadas de mulheres sul baianas, localizando a discussão a partir do contexto histórico e social do município de Canavieiras-Bahia. Nosso argumento é que as narrativas de apagamento, de opressão e de negatividade implementadas pelo colonialismo, no sul da Bahia, foram orquestradas sobre corp@s racializadas e sexualizadas de mulheres negras e indígenas, pois tomamos como referência o modo como estas foram destituídas de suas vontades e subjetividades, assim como animalizadas. Tentamos compreender como tais elaborações vêm sendo produzidas e contestadas através de uma abordagem teórica e metodológica, cuja ferramenta analítica da interseccionalidade nos ajuda a pensar o entrecruzamento dos eixos dos sistemas de dominação e de seus enfrentamentos cotidianos, por parte de negras e indígenas.

Palavras-Chave: Mulheres Racializadas; Colonialidades; Canavieiras-Bahia; Sul da Bahia.

ABSTRACT

In this article, we propose to discuss how the production of colonizing narratives structured by devices of gender, race and sexuality were expressed on colonized bodies of southern Bahia women, locating the discussion from the historical and social context of the municipality of Canavieiras-Bahia. Our argument is that the narratives of erasure, oppression, and negativity implemented by colonialismo, in southern Bahia, were orchestrated on racialized and sexualized bodies of black and indigenous women, because we take as reference how they were deprived of their wills and subjectivities, as well as animalized. We try to understand how such elaborations have been produced and contested through a theoretical and methodological approach, whose analytical tool of intersectionality helps us to think about the intersection of the axes of the systems of domination and their daily confrontations by black and indigenous women.

Keywords:: Racialized Women; Colonialities; Canavieiras-Ba; Southern Bahia.

¹ Esse artigo compõe um recorte da pesquisa a nível de mestrado acadêmico, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que teve como título: “Mulheres Negras, Trajetórias em Encruzilhadas”: Religiosidades, Corpos e Sexualidades em Canavieiras-Bahia.

1 “AO SUL DE SEUS CORP@S”: MULHERES RACIALIZADAS NO SUL DA BAHIA

Neste artigo, propomos discutir como a produção de narrativas colonizadoras estruturadas por dispositivos de gênero, raça e sexualidade expressaram-se sobre corp@s colonizadas de mulheres sul baianas. Para discutir sobre essa temática, destacamos como narrativas históricas e oficializadas sobre o município de Canavieiras-Ba², localizado no interior do sul da Bahia, presente em relatos de obras memorialistas e em fontes historiográficas, salvo algumas exceções, pouco ou quase nada fazem referência à importância das heranças africanas e indígenas na constituição étnica do território e da população, a respeito de suas diferentes etnicidades.

Quando muito, as referências a esses grupos são feitas superficialmente, com base na narrativa sobre a diversidade desses povos como resultante da miscigenação étnica, ou então, na emergência sobre violência, como bem demonstrou Frantz Fanon (2007), em seu livro “Os Condenados da Terra”. As imagens e representações construídas sobre o “outro colonizado” fazem parte das afirmações de hostilidade que teriam dificultado a ocupação de colonos durante algumas décadas e, conseqüentemente, atrapalhado o desenvolvimento inicial do território, no que tange as compreensões: civilização versus selvageria; colonização=coisificação (CÉSAIRE, 2020).

Deste modo, compreendemos que olhar para o território de Canavieiras-Ba na atualidade, nos faz reinterpretar um passado recente de brutalidades e apagamentos históricos nos quais as/os sujeitas/os negras/os e indígenas vivenciaram através de seus/suas corp@s, pois ainda nos deparamos com limitadas narrativas positivas sobre estes povos, especialmente sobre as mulheres, no que pesam as associações ao passado histórico deste município. A presença desses grupos no desenvolvimento populacional e econômico da região do sul da Bahia, ainda em que pesem as análises que invisibilizam a importância existencial de tais populações locais, carece de pesquisas, especialmente sobre Canavieiras-Ba, para que desfaçam com o imaginário acadêmico ainda eurocentrado e baseado em pressupostos deterministas que não se atentam para as relações étnicas e para a interseccionalidade das relações de gênero/raça/classe e outras.

Nesse sentido, através deste artigo buscamos discutir como a colonialidade articulada na produção de narrativas colonizadoras (LUGONES, 2014; CURIEL, 2014)

² Este município fica localizado na planície costeira da Região Sul do Estado da Bahia e contém atualmente uma população estimada em 30.906 habitantes, distribuídos entre espaços urbanos e rurais. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/canavieiras/panorama>. Acessado em 09/02/21

expressaram-se na vida de mulheres racializadas, no sul da Bahia. Pois elencou-se como ponto importante analisar os processos históricos sobre Canavieiras-Ba, articulado com dados presentes na historiografia sobre o sul da Bahia, para entender melhor o grau de complexidade das engenharias que arquitetaram não só as dificuldades de subsistência relacionadas às experiências de mulheres racializadas, a partir do dado da ocupação colonial deste território, mas sobretudo, o processo de subjetivação presentes nas narrativas embranquecidas que pesam sobre estas. Sustentamos que, especialmente sobre as mulheres negras e indígenas, as narrativas negativas e colonizadoras se construíram na naturalização do olhar da ciência androcêntrica e eurocentrada em relação *ao sul dos seus corp@s*, associadas, geralmente, ao trabalho, à reprodução e ao corp@ – hipersexualizado, visto como mercadoria e suprimento das taras sexuais do homem branco.

Lugones (2014), apontou a colonialidade do gênero como um processo de desumanização das corp@s mediante as articulações de raça/classe/etnia/sexualidade, que pesam principalmente sobre as mulheres racializadas, suprimidas em grande parte das abordagens sobre gênero construídas a partir do lugar de privilégio branco e ocidental³. Nesse sentido, a perspectiva desta autora, salienta que a colonialidade do gênero, como colonialidade do poder e do ser atuou, e ainda atua, sobre a via de manter a reprodução da subalternidade de corp@s dos sujeitos e das sujeitas afetadas pela modernidade/colonialidade⁴. Esta abordagem contribuiu para a legitimação dos processos epistêmicos violentos sustentados sobre os modos de ver/compreender os não brancos e não cristãos fora do mundo europeu.

Diferentes estudos apontaram que o apagamento da história de negras(os) e indígenas e seus descendentes no sul da Bahia, além da importância destes para o desenvolvimento econômico da região, foi um projeto engendrado também pela elite cacaueteira branca e coronelista, composta em sua maioria por homens brancos e influentes

³ Lugones (2014) partiu da noção de colonialidade do poder, em sua articulação com a racialização e com a exploração no desenvolvimento do capitalismo moderno, desenvolvido por Quijano (2005), no que tange as concepções a respeito da raça em sua utilização para diferenciar e hierarquizar grupos humanos que teve como marco a modernidade e os processos de exploração colonial e expansão mercantilista, ao mesmo tempo em que complexificou de forma crítica a perspectiva deste autor que relacionou a noção colonial de gênero apenas relativo ao acesso sexual do colonizador às corp@s das mulheres racializadas.

⁴ A perspectiva de produção do conhecimento e de reivindicação política da decolonialidade considera que a colonialidade é uma lógica global de desumanização, capaz de atuar até mesmo na ausência de colônias formais. Nesse sentido, destaca-se que a modernidade é colonial desde seu nascedouro, propondo a mudança de concepção para “modernidade/colonialidade”, pois ambas estão imbricadas. Desse modo, o colonialismo moderno é entendido como modos específicos em que os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta” (MALDONADO-TORRES, 2019).

politicamente que acumularam riquezas nessas terras. Estes homens, detentores de poderes políticos e econômicos, contribuíram para a produção de uma história de exclusão e do prevalecimento das narrativas de quem domina, através da espoliação e violação de corp@s dos povos subalternizados (MAHONY, 2001; CARRARA, 2007; DIAS, 2007).

O nosso argumento central neste artigo é que as narrativas de apagamento, de opressão e de negatividade implementadas pelo colonialismo, foram orquestradas e estabelecidas através de corp@s generificadas, racializadas e sexualizadas de mulheres negras e indígenas do sul da Bahia. Tentamos compreender como tais elaborações vêm sendo produzidas e contestadas através de uma abordagem teórica e metodológica, cuja ferramenta analítica da interseccionalidade nos ajuda a pensar o entrecruzamento dos eixos dos sistemas de dominação e de seus enfrentamentos cotidianos (CRENSHAW, 2002; AUGUSTO, 2016; AKOTIRENE, 2019).

Desse modo, gênero, raça/etnia e sexualidade também estão englobados por padrões de civilidade impressos pelo colonialismo que se reverberam sobre as mulheres negras e indígenas no sul da Bahia. O pensamento produzido por intelectuais negras evidenciou que os imaginários coloniais estão pautados pela subjetivação de seus corp@s regulados pelos sistemas do racismo e do sexismo. Lélia Gonzalez (1984), foi a primeira intelectual negra brasileira a perceber esse fato e a destacar que no imaginário social brasileiro e na produção intelectual hegemônica que a mulher negra tem sido vista por dois eixos: a trabalhadora de eito e a mucamba, que se atualizaram no período pós-escravista na figura da trabalhadora doméstica e na “mulata tipo exportação”. Estudos recentes têm denunciado à estigmatização contínua e a reprodução de “imagens de controle” sobre as corp@s, as sexualidades e as afetividades dessas mulheres, ao associá-las a selvageria, aos prazeres demoníacos, às relações afetivo-sexuais instáveis e ao servilismo social (COLLINS, 2016, PACHECO, 2008; 2013; MOREIRA, 2018; CARDOSO, 2014).

Nesse sentido, também pretendemos através deste artigo, contestar os discursos hegemônicos de harmonização das relações étnico-raciais construídos no contexto sul baiano, através de outras-contranarrativas, produzidas por mulheres negras e/ou por intelectuais negras/os e não negras/os da diáspora que se tornaram protagonistas, cujas histórias foram apagadas e ou minimizadas. Pois, ainda destacamos que as desigualdades interseccionais, o desamparo social e a desassistência para com a população negra e indígena na história do sul da Bahia teve e ainda têm como resultado a reatualização da condição de subalternidade desses povos, assim como, de suas etnicidades, culturas, religiosidades etc.

2 VIOLÊNCIAS INTERSECCIONAIS, SEXUALIDADES DISSIDENTES E RESISTÊNCIAS DE MULHERES RACIALIZADAS NO SUL DA BAHIA

O início da invasão colonial no território de Canavieiras-Ba está datado entre final do século XVII e início do XVIII, quando um grupo composto por colonos fugindo dos conflitos com indígenas da etnia Pataxó desbravaram ao sul da sede da capitania dos Ilhéus a procura de terras férteis para desmatar e cultivar, onde alcançaram o local a que nomearam como Puxim⁵, constituindo-se no primeiro povoamento composto por colonos, indígenas e africanos escravizados⁶. Com a ocupação e ampliação desse primeiro núcleo, em 1718, Puxim foi elevada à categoria de freguesia pertencente ainda à capitania dos Ilhéus, onde foi erguida uma capela em devoção a imagem de um santo, encontrada na praia por pescadores. A imagem era a de São Boaventura, um santo de origem italiana⁷, instituído padroeiro do povoado, logo nomeado como Freguesia de São Boaventura do Puxim. Tempos depois, ainda os conflitos constantes com indígenas Pataxó, pela disputa do território, fez com que esta primeira ocupação migrasse para a ilha mais ao sul, onde havia lavouras canavieiras, sendo transferida também a capela de São Boaventura (COSTA, 2014).

De acordo com Nascimento (2013 apud FILHO, 1997)⁸, as características deste primeiro povoamento na então freguesia deu-se entorno de 500 pessoas: 80 brancos e todos os demais mestiços, curibocas (descendentes de indígenas e brancos) e negros. Essa informação não nos apresenta especificamente as distinções dos grupos étnicos⁹ que constituíram esse povoamento, mas nos leva a acreditar que a primeira ocupação do

⁵ Acreditamos que a palavra “Puxim” descende da palavra “*poxi/puxi*” do dialeto de origem Tupi, tendo como significado: nojento, torpe, feio e ruim (CARVALHO, 1987). Puxim do sul atualmente é uma vila rural do município de Canavieiras-Ba localizada às margens da rodovia que a interliga à Ilhéus.

⁶ Optaremos pela utilização do termo “escravizada/o” ao invés do termo “escrava/o”, pois compreendemos que este último é construído a partir de uma identidade naturalizada pelas violências impostos pelo colonialismo, enquanto o termo “escravizada/a” se refere a um processo político de desumanização (KILOMBA, 2019).

⁷ Sobre o que tem sido proposto por pesquisadores, a imagem do santo pode ter feito parte de alguma nau italiana ou portuguesa que veio a naufragar, desembocando nas imediações da costa marítima do território de Puxim (RIBEIRO e MACÊDO, 2012).

⁸ DURVAL, Filho. Canavieiras sua história. Canavieiras, 1997.

⁹ De acordo com Barth (2011), os grupos étnicos são formas de organização social fundamentadas em critérios de identificação formulados pelos sujeitos/as através de características organizativas, dadas a partir da dinâmica e do contato entre os diferentes. Essas composições simbolizam formas distintas dos sujeitos lidarem com o mundo e com o outro, baseadas em categorias de atribuição e identificação acionadas pelos atores sociais, através de termos identitários que podem estar ligados também à origem e ao ambiente.

território de Puxim tenha se dado a partir de uma população constituída inicialmente de uma minoria de colonos portugueses e descendentes brasileiros que introduziram a cultura de especiarias como a cana-de-açúcar, piaçava, coco, arroz e mandioca. E a outra maioria de indígenas aldeados, africanos e descendentes escravizados que foram utilizados como mão-de-obra no desenvolvimento da freguesia, já que esta era a configuração da capitania de São Jorge dos Ilhéus no início do século XVIII (CARRARA e DIAS, 2007).

No bojo do processo de desenvolvimento da região sul baiana, alguns pesquisadores destacaram que a historiografia a respeito dos séculos XVI e XVIII utilizaram como justificativa o fato de que a resistência indígena foi uma das principais causas dos insucessos relacionadas aos primeiros séculos de ocupação colonial (CARRARA, 2007), em que as narrativas sustentavam o fato de que a sede da capitania/comarca dos Ilhéus seria um território atravessado por conflitos constantes com indígenas das etnias Pataxó, Aimoré, Tupinambá e Botocudo¹⁰ que resistiram à incorporação das terras e da mão de obra, além de ter sido uma região muito assolada pela ocorrência de doenças epidemiológicas, transportadas pelos navios portugueses.

Estas narrativas sustentavam a ideia de salvação imposta pelo cacau e pelo desenvolvimento da hegemonia coronelista no século XIX, na tentativa de neutralizar o processo violento de colonização e de invasão de terras pertencentes aos territórios indígenas, estereotipando estes enquanto hostis, ao mesmo tempo em que a escravidão possibilitava o fluxo comercial e o abastecimento agrícola da região (DIAS, 2007).

Por conseguinte, estudos indicaram que o apagamento da história de africanos, indígenas e seus descendentes no sul da Bahia, além da importância destes para o desenvolvimento econômico, foi um projeto engendrado pela elite cacaueira coronelista, composta em sua maioria por homens brancos e influentes politicamente que acumularam riquezas nessas terras (MAHONY, 2001)¹¹. Esta elite, composta principalmente por homens brancos detentores de poderes políticos e econômicos, preocupou-se em produzir fontes

¹⁰ Este discurso que se refere a hostilidade de indígenas no sul da Bahia se baseava, principalmente, em referência a estas etnias como “selvagens e saqueadores de propriedades”. Enquanto os Tupiniquim e Menhans eram considerados “dóceis” e de fácil incorporação para a mão de obra, ainda que por vezes insurgentes e resistentes aos processos violentos de catequização e civilização projetado pelos jesuítas e colonos. Em termos de denominação essas diferentes etnias foram reduzidas em por meio de classificações estereotipadas (MOTT, 2010).

¹¹ De modo abrangente, este foi um projeto nacional engendrado no final do século XIX e início do XX, quando no início da produção científica no país as elites dominantes, majoritariamente branca, passaram a se preocupar em escrever uma história oficial sobre o país. Esse projeto teve como pilar as teorias do darwinismo social e do evolucionismo importadas da Europa, utilizando a raça entendida como fator biologizante da população (SCHWARCZ, 1993).

históricas sobre o sul da Bahia tomando como referência suas práticas culturais e religiosas embranquecidas (SANTOS, 2015).

Deste modo, o estímulo a migração estrangeira de europeus, através do monopólio de terra, teve como objetivo ampliar as lavouras e expandir o fluxo econômico da região, e já no século XIX a Freguesia de São Boaventura de Puxim passou a contar com as iniciativas do governo imperial através da criação de núcleos militares para combater os ataques indígenas, tendo como resultado o aumento do fluxo das migrações em grande escala a partir de 1816. Com o monopólio de terras, o desenvolvimento econômico da região foi tangenciado pela mão de obra escravizada em meio às relações conflituosas entre africanos, indígenas e seus descendentes com os fazendeiros.

Em 1832 um decreto elevou a então freguesia à Vila Imperial de Canavieiras-Ba que vivenciava nesse período o crescimento comercial a partir da cultura de cana-de-açúcar, coqueiro, piaçava, mandioca, extração de madeira e da exploração de minério na mina de Salobro, descoberta por volta de 1877, e que levou ao seu crescimento demográfico. Como resultado do desenvolvimento econômico, o governo passou a utilizar a mão de obra de africanos provenientes de navios naufragos, já na condição de ilegalidade, conhecidos como “escravos da nação” que prestavam serviços ao Estado em prol do pagamento de dívidas provenientes dos naufrágios, cabendo o pagamento por meio de trabalhos manuais¹² (NASCIMENTO, 2013; SANTOS, 2015).

Nesse contexto, em meio a lógica do desenvolvimento, os processos violentos prevaleceram, a partir da exploração violenta de fazendeiros sobre escravizados. Nos escritos de Alcides Costa (2014; 2016) – um dos nomes mais difundidos em termos de obras memorialistas no que se refere a Canavieiras-Ba – estas relações estão descritas no limiar dos conflitos e dos atos de violência física, no que se observa os conflitos étnico-raciais, além do controle empreendido com relação às práticas culturais e religiosas dos/das escravizados/as. Obras memorialistas como a deste autor pouco empreenderam no desenvolvimento de relatos relacionados aos indígenas e africanos, bem como o protagonismo destes em Canavieiras-Ba. Quanto a esta questão, na tese de Santos (2015), a historiadora alertou a respeito da limitação de conteúdos presentes em obras memorialistas, no que pesam abordagens sobre o sul da Bahia, acentuando o fato de que

¹² Principalmente a partir de 1850, ano em que o tráfico negreiro foi extinto a partir da Lei Eusébio de Queiroz, desembocaram em Canavieiras africanos livres sobreviventes de navios naufragos e falantes do dialeto nagô entre 1850 e 1856 (NASCIMENTO, 2013). É possível que esses navios naufragos tenham tido como destino Ilhéus e vindo a desembocar na costa de Canavieiras, pois uma das artimanhas dos traficantes para driblar a fiscalização era afundar os navios para evitar qualquer evidência do tráfico humano.

no início do século passado muitos nomes, como Alcides Costa, receberam patrocínio dos poderes locais para escrever e publicar suas obras, a partir do que foi convencionado a falar em relação a região, principalmente dando destaque as referências do prevaecimento da elite cacauera de origem estrangeira. Portanto, no que diz respeito a Canavieiras-Ba estas fontes carecem de releituras críticas que desfaçam com o imaginário eurocêntrico, baseado em pressupostos deterministas.

Assim, olhar para o território de Canavieiras-Ba, nos faz reinterpretar o passado recente de brutalidades e apagamentos históricos nos quais as/os sujeitas/os negras/os e indígenas vivenciaram através de seus corp@s, em que o processo de inferiorização e demonização empreendido pela mentalidade católica-cristã os/as responsabilizavam pelas desordens morais e sexuais em uma sociedade que se pretendia civilizar.

Um relato recolhido em Costa (2014), nos permite trazer para discussão o modo como os corp@s pretas/os e mestiças/os foram violentados sob o prisma da organização social escravagista. Ao recuperar trechos de sua própria memória de infância, Alcides Costa se refere a uma revolta dos escravizados contra o fazendeiro Lécoutre, um francês que se instalou na localidade e que tinha a fama de “amansar” os escravizados rebeldes com chicotadas.

Certo domingo em que os “negros” estavam no terreiro da fazenda, aguardando qualquer determinação do “sinhô”, um deles jogou-se ao solo em convulsões altos gemidos. Fez-se ao seu redor um círculo e alguém grita, pedindo socorro. Lécoutre sem desconfiar da trama, corre ao local, debruça-se sobre o “doente” para medicá-lo ... e recebe mortal pancada no pescoço, e sucessivamente outras que lhe tiraram a vida. Findava-se assim, os dias do famigerado “amansador de escravos” (COSTA, 2014, p. 23).

O episódio narrado não foi um fato isolado, ainda na mesma obra o autor continua a recuperar fatos semelhantes que resultaram em mortes tanto de escravizados quanto de fazendeiros. No tocante a situação da mulher negra em Canavieiras-Ba, um relato especialmente sobre um episódio referente ao século XIX, a respeito de um dono de engenho no município, o coronel Vieira, um homem ao qual o autor se refere como “caçador de ninfas negras”, teria mandado “dar cabo” da vida de um dos seus filhos por se envolver com uma jovem negra de sua propriedade, a qual explorava através de abusos sexuais.

No processo de constituição da sociedade brasileira, o imaginário sexual compreendia que nas relações tecidas entre a casa grande e a senzala, a serva mucama (a nega ativa) ou a “ninfa negra” sexualizada no imaginário colonial, seria a responsável

pela iniciação da vida sexual dos homens brancos de dentro da casa grande, onde articularia serviços domésticos e sexuais (GONZALEZ, 1984). Assim, cabe destacar que essa narrativa, sobre o “caçador de ninfas”, sintetiza o imaginário construído a respeito do acesso ao corp@ da mulher negra pelo homem branco que é uma das heranças da colonização.

É possível evidenciar um pouco mais sobre essa dimensão no acesso às diferentes fontes históricas, como na literatura brasileira sobre o período escravagista. No romance histórico “Um Defeito de Cor” a personagem principal narra em primeira pessoa os dramas vivenciados nos anos iniciais do século XIX. Recuperando as memórias da infância escravizada, Kehinde – ou Luísa Mahin – relata em detalhes a dor causada pela violência sexual cometida por um senhor de engenho na Ilha de Itaparica, que a teria comprado ainda criança após ter sido raptada de África. Dentro da narrativa da personagem, antes de efetivar o estupro o seu algoz adverte a mocinha que dentro de seu engenho ele sempre fora o “dono da virgindade” de todas as escravizadas que comprara. Isto exposto, é possível perceber que foi por meio deste tipo de comportamento violento que muitas mulheres negras ainda crianças foram abusadas sexualmente por homens brancos (GONÇALVES, 2006).

Quando resgatamos na história de Canavieiras-Ba essas situações de violência, percebemos como se configuraram também a inversão de valores no tratamento em relação aos corp@s de mulheres brancas, se comparado com as dimensões de violências experienciadas por negras, indígenas e mestiças, recortadas pelas diferenças étnico-raciais. As corp@s de mulheres brancas, ainda que violadas pelo sistema cis-hétero-patriarcal e cristão, sempre esteve na zona do privilégio marcado pela branquitude, ainda que privado, naturalizado para a demanda da afetividade e regulado para a reprodução positiva da família. Os ideais de civilidade e de moralidade católica, transportados para as colônias ibéricas sobre a pureza de sangue, muito têm dito sobre a diferença de tratamento imposta sobre mulheres brancas e não brancas, durante os processos de colonização, especialmente sobre seus corp@s e sexualidades.

Cabe destacar que a Igreja Católica não tinha interesse em impedir a exploração sexual das mulheres negras, indígenas e mestiças cometida por homens brancos, ao contrário, muitas das vezes esta instituição incorrerá na permissividade e legitimidade de

tais abusos no sentido de promover, a todo custo, a concubinação¹³ como forma de “aliviar” os desejos selvagens dos homens brancos abastados. Enquanto os códigos morais-religiosos, reforçados ainda na Idade Média, associava a castidade feminina como princípio de honra e de ideal para pureza de sangue, no processo de constituição da colonização portuguesa no Brasil, foram sobre as corp@s de mulheres indígenas, negras e mestiças que as violações se impuseram (STOLKE, 2006).

Ao exaltar a virtude sexual, a Igreja fomentou a discriminação de diferentes tipos de mulher em termos sexuais: de um lado, mulheres abusadas sexualmente por homens que, devido ao alto status social, não se casariam com elas (essas eram posicionadas em um status inferior e, mais do que isso, penalizadas por estarem, assim, vivendo em pecado mortal); de outro, mulheres virtuosas (de famílias respeitáveis) cuja sexualidade era severamente controlada por homens em nome da família e da pureza social (STOLKE, 2006, p. 33-34).

Em relação ao contexto do sul da Bahia, Santos (2019) afirma que a ideia de pecado no imaginário moral-cristão à época era expresso em normas de comportamento sexuais baseados nas hierarquias de gênero que recaiam sobre o controle da sexualidade das mulheres da região. Sobre estas atribuíam-se à responsabilidade e a ideia de culpa pelas violências que sofriam, independentemente de suas identidades étnicas. No entanto, a autora destacou que as maiores violências recaiam sobre as mulheres negras e mestiças escravizadas, que eram perseguidas e julgadas por desvios de condutas sexuais baseados no critério de moralidade cristã. Se tratando especialmente do Brasil Imperial, a referida autora ainda destacou que a ideia de libertinagem sexual, produzida pela sociedade da época escamoteava as verdadeiras relações hierárquicas de abuso e violações praticadas pelos senhores brancos contra as mulheres escravizadas. O acometimento de doenças e as acusações de práticas de bruxaria eram fatos constantes na vida das mulheres negras, mestiças, como também das indígenas no sul da Bahia.

A compreensão sobre o desvirtuamento dos valores morais e religiosos católicos pode ser constatado nos processos inquisitórios instaurados pelo tribunal do Santo Ofício, em que esses documentos foram lidos como crimes de feitiçaria, blasfêmia, sodomia, bigamias e heresias, associados à colonos, ameríndios, africanos e seus descendentes entre os séculos XVI e XVIII, ligados também ao modo como os diferentes elementos

¹³ O termo concubinação, *concu* (coito ou cópula carnal) e *binatus* (com alguém), se refere a relações sexuais eventuais ou relações clandestinas, adultério e instáveis sem a incorrência de formalização da relação, em que um dos parceiros/as já possui um relacionamento formalizado.

étnicos de africanos, indígenas e seus descendentes foram criminalizados, bem como as sexualidades dissidentes foram demonizadas em suas diferentes práticas e arranjos (MOTT, 2010).

No tocante a essas questões relacionadas às “feitiçarias”, o antropólogo Mott (2010), ainda retratou o caso da indígena Maria Lutércia, acusada pelo santo ofício por feitiçaria na Freguesia de Puxim. Em outros casos sobre diferentes localidades sul baianas também pesaram denúncias sobre africanas e africanos praticantes de bruxaria e feitiços, que realizavam rituais de magias para diferentes objetivos: seja trabalhos “para as coisas do amor”, o preparo de banhos para livrar de maus olhados e pedir proteção, ou a elaboração de medicamentos para curar enfermidades.

Em meio a realidade difícil que essas mulheres vivenciavam, é importante pensar a prática de feitiçaria como,

[...] um fio invisível da compreensão do que infligia e marcava o cotidiano da mulher na colônia brasileira e os motivos da feitura desta estavam impressos nas relações diárias, em meio às suas necessidades de sobrevivência (SANTOS, 2019, p. 85).

Já nas primeiras décadas do século XX, as referências as “feitiçarias” denotaram um cenário conflituoso e de perseguição das práticas étnicas de origem africana, em que a utilização do termo “feiticeiro/a” em “jornais e nas denúncias estreitava-se com um vínculo já consagrado no imaginário social entre esta prática religiosa e ser negro e pobre principalmente, o que dava legitimidade a uma descendência de ex-escravos” (SANTOS, 2015, p. 218). Assim, a política colonial portuguesa de catequização e assimilação incrementada pelos mecanismos ideológicos da Igreja Católica, rendeu dramas para os povos colonizados de diferentes denominações étnicas.

Este não foi um cenário exclusivo no processo de colonização na sociedade brasileira, perpetrando resquícios coloniais ao longo dos séculos, como bem demonstrou a pesquisa de Santana (2018), que retratou como as práticas ancestrais das médicas-sacerdotisas (*nyangas*) foram deslegitimadas e perseguidas com a instauração da dominação portuguesa ao sul de Moçambique, em que a Igreja Católica esteve na frente de combate contra os *tinyangas*, julgando suas práticas também como bruxarias.

Deste modo, ainda no que tange às práticas sexuais de mulheres, ainda no recorte sobre a Inquisição em Ilhéus, Mott (2010), também evidenciou relatos presentes em denúncias registradas sobre práticas sexuais imoderadas e pecaminosas ainda nos fins do

século XVI. Na época da primeira visitação do Santo Ofício, em 1591, segundo o referido antropólogo, três mulheres foram denunciadas pela prática de lesbianismo, um crime que à época era passivo de condenação à fogueira. Em um dos casos a envolvida era Quitéria Sequa — uma mulher incluída na alta sociedade ilheense da época e que era casada com um homem de nome Pedro Madeira — denunciada por ter “ajuntado seu vaso natural”¹⁴ com o de uma mameluca¹⁵ de 8 anos de nome Guiomar, em diferentes ocasiões. Segundo o autor, este caso teria sido denunciado pela própria vítima 38 anos depois, pois teve medo de ser castigada por sodomia. Outro episódio envolveu a senhora de nome Catarina Quaresma, de 25 anos — também casada com homem e a única a que se teve notícias a ser processada nas terras sul baianas — denunciada por Ana Cunha, por praticar atos sexuais com outra mulher, o que acabou a obrigando a pagar multa e penitências espirituais.

Nestes casos, além das práticas de lesbianismo presente desde o início da colonização no sul da Bahia, é possível perceber, em um destes, o uso irrestrito da corp@ de uma criança racializada, para além do usufruto dos prazeres heterossexuais de homens brancos, tendo servido também como ferramenta para práticas homossexuais por mulheres brancas, em sua intimidade encoberta. Desse modo, é possível perceber que a heterossexualidade nunca foi de fato uma realidade vivenciada por todos os grupos humanos, ainda que fossem adeptos do cristianismo ou estivesse sobre os domínios violentos coloniais.

No entanto, além desses casos, muitas outras denúncias envolveram mulheres de diferentes etnias e localidades no sul Bahia, em que a moralidade católica era utilizada também como parâmetro de conduta sexual.

Mas seja como for, de nomes e etnias variadas, Domingas, Joana e Luzia tantas outras identificadas por “negras escravas” foram inclusas nos delitos de feitiçaria, magia erótica, bruxaria e “calundus”, o que nos aproxima da reconstrução de um universo feminino específico e de uma cultura mestiça de resistência cotidiana à escravidão no sul da Bahia. Os tratos ilícitos, as ligações consensuais entre homens e mulheres foram estigmatizadas, e as mulheres em situações assim passaram a ser chamadas de “solteiras de vida dissoluta”, de “contumazes pecadoras” e de “mal procedidas” (SANTOS, 2019, p. 74-75).

¹⁴ Órgão sexual feminino; vagina.

¹⁵ Descendente da mistura de indígena com branco/a.

Nesse contexto, a vida íntima e sexual destas mulheres sofriam processos de constante vigilância e repressão, em que os prazeres sexuais eram seriamente associados a desejos imoderados e desregulados cabendo criminalização por parte da moralidade católica, preocupada em resguardar as corp@s e virgindades da mulher branca, aprisionada sobre limites da família escravocrata. Assim, ainda que as práticas de concubinação e as explorações sexuais cometidas sobre as mulheres racializadas fossem encobertas, estas não estavam livres de estigmatização, cabendo a carga da demonização sobre seus corp@s, consideradas fornicadoras desenfreadas, libidinosas e de má procedência, mediante as interpretações tomadas pela misógina racista. Se as corp@s da mulher de modo geral era “diabolizado” pelas heranças de Eva, a da mulher racializada era interpretada como ferramentas públicas para o trabalho e para o desenfreio sexual da elite colonial, que acobertava principalmente a dupla moral dos homens brancos (DEL PRIORE, 2011).

Esses dados destacam as narrativas hegemônicas produzidas sobre o “lugar” das mulheres negras e indígenas no Brasil e no sul da Bahia, que particularmente revelam barreiras em suas vivências sobre o campo da afetividade, do trabalho, das sexualidades e sobre suas subjetividades. A naturalização do racismo, articulado com o sexismo e o mito do homem cordial brasileiro, fundamentado no mito de democracia racial, têm produzido historicamente violências simbólicas sobre estas, especialmente na reatualização de estereótipos negativos, atualizadas no cotidiano nas diferentes dimensões de suas existências.

Na contramão ao processo de apagamento que estas mulheres sofreram, suas histórias precisam ser recortadas também pelo protagonismo e por formas alternativas de driblar os processos de subordinação impostas pelas elites cacauzeiras, no sul da Bahia. Pois, ainda que negadas em sua humanidade diversas destas mulheres estiveram ocupando ativamente o cenário público subvertendo a invisibilidade que lhes eram imposta: seja mediante a resistência étnica; na presença em quilombos; na manutenção e transmissão de seus valores transportados pela diáspora africana, como religiosidades, práticas de curas; ou até mesmo sobre as formas dissidentes de vivenciarem suas sexualidades (SANTOS, 2019).

Santos (2017), abordou a presença de mulheres negras nas lutas empregadas em prol da liberdade de seus filhos e da sua comunidade, nas últimas décadas da escravidão. Demonstrou que os trâmites das compras de alforrias foram possibilitados pelas estratégias empreendidas por estas mulheres, em prol da garantia da liberdade de seus filhos, com a

utilização dos títulos de soldada, em que a recorrência à justiça, também foi denunciada pela autoria destas, antes e após a abolição da escravatura. Tal fato foi evidenciado por Santos, em sua pesquisa, na análise da história de vida protagonizada por Belmira¹⁶, localizada em Canavieiras-Ba. Belmira era uma mulher que foi escravizada e trabalhadora rural. Através de muito trabalho, conseguiu arrecadar fundos para comprar sua alforria em 1885, mas que ainda precisou recorrer à justiça para garantir o direito sobre seus dois filhos. Uma mulher negra, com pouco estudo, que soube reivindicar seus direitos através do espaço jurídico, em um contexto social em que sua humanidade era negada.

Nesses diferentes contextos, essas pesquisas apontaram que o papel das mulheres negras e indígenas foi essencial para a política de enfrentamento e de manutenção das tradições dos diferentes grupos étnicos. Em diferentes contextos históricos e ainda que negadas em sua humanidade, essas mulheres estiveram ocupando ativamente a arena pública, seja liderando os processos de resistência étnica, através da construção e manutenção de laços de fortalecimento étnico nas comunidades quilombolas no século XX, seja a partir da manutenção e transmissão de valores civilizatórios transportados pela diáspora africana através das práticas religiosas e de suas várias manifestações culturais (rezas, práticas de curas, histórias, cânticos) herdadas e atualizadas pelos descendentes de africanos e ameríndios, também já observados no sudoeste baiano (SAMPAIO e PACHECO, 2019).

Essas são mulheres cujo protagonismo têm sido apagado pelas narrativas hegemônicas em relação ao processo de resistência frente ao sistema colonial, escravagista e contra à cultura coronelista, racista e sexista no sul da Bahia. Suas histórias revelam as narrativas de dor e as alternativas de resistências encontradas para a garantia da sobrevivência. Tal perspectiva teórica, institui uma nova abordagem analítica interpretativa ao valorizar os agenciamentos sociais de mulheres negras e indígenas, cujas histórias positivas não aparecem nas memórias oficializadas sobre Canavieiras-Ba. As “leis dos coronéis”, deixada como herança na mentalidade social das diferentes cidades sul baianas, reatualizaram as péssimas condições de subsistência da população pobre, em um ciclo em que prevaleceria a lei do “uns com tanto, outros com quase nada”. No entanto, na contramão ao processo de apagamento que estas mulheres sofreram, suas histórias podem

¹⁶ A história de Belmira contada por Cristiane B. Santos, faz parte da iniciativa voltada para o trabalho decolonial sobre as mídias digitais através de um canal no Youtube, intitulado “História de Mulheres Negras para a Sala de Aula”, com base em dados sobre mulheres negras acessados em fontes históricas. Essas e outras histórias são possíveis de serem acessadas através do link: https://www.youtube.com/channel/UCMJJlpL_RGulAw1rEQueaJA.

ser recortadas pelo protagonismo e por formas alternativas de lutas e resistências frente à matriz de dominação (COLLINS, 2016).

Apesar das desigualdades históricas que acometeram e ainda impactam as populações negras no Brasil, e sobre as mulheres negras em particular, como nos alertou Lélia Gonzalez (2008), fazendo-se referência aos sistemas de dominação, que quando conjugados, produzem mais vulnerabilidades e violações em relação a nossa vida social, ao trabalho e em relação às nossas subjetividades, do que ao contrário, assinalamos a importância de escrever uma nova história de não submissão e de protagonismo de resistência aos processos de aniquilação de nossas corp@s e desejos.

Outras pesquisas que procuraram analisar os impactos do racismo e do sexismo no campo da afetividade das mulheres negras, demonstraram que a produção de subjetividades está ancorada no passado colonial em que o processo histórico de segregação racial na Bahia, regulado pelos sistemas de opressão racial e de gênero influenciam nas escolhas afetivo-sexuais das mulheres negras, impregnadas no imaginário social e colonial da “branca pra casar, mulata pra f.... e preta para trabalhar”. Essa condição imposta pela colonialidade sobre gênero e raça resultaram para criar barreiras sobre o campo afetivo e sexual das mulheres negras cis heterossexuais, estudadas por Pacheco (2008), no século XXI. A autora demonstrou que o preterimento afetivo das mulheres negras estudadas, por seu parceiros negros e não negros, faz parte de uma teia de significados, cujas os significantes do gênero, da raça e da classe são resultantes da intersecção de tais violências estruturais geradas pelo racismo, pelo patriarcalismo e pelas desigualdades de classe social (PACHECO, 2013).

Esses dados destacam as narrativas hegemônicas produzidas sobre o “lugar” das mulheres negras e indígenas no Brasil e no sul da Bahia, particularmente revelam barreiras em suas vivências sobre o campo da afetividade, do trabalho, das sexualidades e sobre suas subjetividades. A naturalização do racismo articulado, com o sexismo e o mito do homem cordial brasileiro fundamentado no mito de democracia racial têm produzido historicamente violências simbólicas sobre estas, especialmente na reatualização de estereótipos negativos, atualizadas no cotidiano nas diferentes dimensões de suas existências.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violações de corp@s de mulheres negras e indígenas sobre a égide do colonialismo se insere sobre a intersecção dos marcadores de gênero, raça, etnia, classe e sexualidade, que nos coloca sobre a necessidade de superação das “imagens de controle” produzidas sobre estas. O lugar dessas mulheres nos discursos oficiais da produção ocidental-colonial ainda subscreve o corp@ da mulher negra, mestiça e indígenas como útil à prestação de serviços manuais, reatualizado constantemente sob o estereótipo colonial da mucama, que se traduzem na lógica branca patriarcal atual, expressa na violência perpetrada contra os direitos das trabalhadoras domésticas, geralmente confinadas no ambiente familiar das casas dos patrões, cujas condições de trabalho são atravessadas por colonialidades de gênero-raça- classe e sexualidade.

Nosso olhar para essa questão, nos convida ao investimento de produção de pesquisas que busque superar as narrativas coloniais que limitam a mobilidade social, as vivências afetivas, as subjetividades e outros domínios da vida social produzidos fora das elaborações discursivas da moralidade cristã sobre as corp@s. A percepção sobre essas questões, tem surgido no contexto de análises e discussões da produção do feminismo decolonial, cabendo reflexões sobre a produção do gênero que invistam em experiências metodológicas que se atenham ao leque de opressões que as mulheres colonizadas vivenciam a partir do colonialismo, do racismo, do recorte étnico, do heterossexismo e da exploração capitalista (LUGONES, 2014).

O cristianismo como instrumento da missão colonial foi utilizado no controle sobre os/as corp@s dos considerados não-humanos, através de relações binárias maniqueístas entre bem e mal investidas principalmente sobre a sexualidade dos povos colonizados, recaiu principalmente sobre a sexualidade feminina, cujo estigma vem sendo reatualizado como corp@s perigosos, demoníacos: “a cor do pecado”.

Nesse sentido, a necessidade de demarcar um lugar diferenciado de análise pesa sobre a importância de evidenciar também suas histórias de vida de modo positivo, em que a articulação interseccional de investigação e análise dê conta de não só denunciar, mas também demonstrar formas de enfrentamento coletivos, face aos sistemas de opressões que ainda invisibilizam e tentam aniquilar, de diferentes maneiras, as subjetividades impressas em corp@s insurgentes. Essas/esses corp@s que escapam do padrão brancocêntrico, lidam com modos diversificados sobre o prazer e os desejos corporais.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: feminismos plurais. São Paulo: Polén, 2019.

AUGUSTO, Geri. Transnacionalismo negro: a encruzilhada de amefrican@s. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 25-38, 2016.

BATH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido dos grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Bath. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

Belmira de Canavieiras em 1885: Lei, Direitos e Maternidade. Apresentado por Cristiane Batista Santos. [S.l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (13:10 minutos). Publicado pelo canal Mulheres Negras para sala aula. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hL7wNNDr9XQ>>. Acesso em: 2 de julho de 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, setembro-dezembro, 2014.

CARRARA, Ângelo Alves; Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs). **Um Lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, p. 15-46. 2007.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro. **Dicionário tupi (antigo) – português**. Salvador, 1987.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Alcides. **Canavieiras**: sua história e sua gente (lendas e festas). Itabuna, Ba: Via Litterarum, 2014.

COSTA, Alcides. **Memórias de Canavieiras (uma releitura de obras do autor)**: Jacarandá e Salobro; Piaçava, Coco, Fatos e Fofocas e um Congresso Paroquial; Textos Adventícios de Joias Preciosas. NETO, Alcides C; FILHO, Durval P. d. F (orgs). Ibicaraí: Via Litterarum, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy Pichardo. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia et al. **Otras formas de (re)conocer**: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feministas. Egoa: Bilbao, País Basco, p. 47-78, 2014.

DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs). **Um Lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, p. 47-116, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs). **Um Lugar na História: a Capitania e Comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.

DURVAL, Filho. **Canavieiras sua história**. Canavieiras, 1997.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora UFJF, 2007.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Editora Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GOZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, p. 29 – 47, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro, 2014.

MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários”. Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. **Afro-Ásia**, n. 25 – 26, p. 95–139, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino et al (orgs). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 27 – 53, 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. 2. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

MOTT, Luiz. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854). In: MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso. Um registro da colonização estrangeira (Século XIX) na planície costeira de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. In: **XIV Egal: Encuentro de geógrafos de América Latina**, 2013, Lima - Peru. Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos. Lima, PE: IGU/UGI, v. 1. p. 1-15, 2013.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: Edufba, 2013.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f...., negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese de Doutorado. (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americana. **CLACSO**: Argentina, p. 117-142, 2005.

RIBEIRO, Oslan Costa; MACÊDO, Janete Ruiz de. São Boaventura de Canavieiras - Bahia: festas do padroeiro e do jubileu de 250 anos de sua paróquia (1951-1969). In: **XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**, São Luís - Maranhão, p. 1-15, 2012.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos Pacheco. Mulheres griôs: saberes, tradição e identidades no quilombo urbano barro preto em Jequeié-Ba. In: PACHECO, Ana Cláudia Lemos et al (orgs). **Candaces**: gênero, raça, cultura e sociedade: construindo redes na diáspora africana. Salvador: Eduneb, 2019.

SANTANA, Jacimara Souza. **Médicas-sacerdotisas**: religiosidades e contestação ao sul de Moçambique (c. 1927-1988). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

SANTOS, Cristiane Batista da S. "Um vivo demônio capaz de sugerir as maiores desordens": mulheres bem e mal procedidas em pecados no sul da capitania da Bahia. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v. 4, n. 7, p. 68-100, 2019.

SANTOS, Cristiane Batista da S. Africanas, libertas e seus filhos em narrativas de violências e outros dramas entre a escravidão e o pós-abolição no sul da Bahia. **Transversos: Revista de História**, n. 10, ago. 2017.

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. **Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau**: negros em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia (1870-1919). Tese de Doutorado. (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2015.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe," raça", sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, p. 15-42, 2006.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Mulheres Racializadas no Sul da Bahia: Mapeando Colonialidades de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade

Ana Claudia Lemos Pacheco

Doutora em Ciências Sociais

Professora Titular de Sociologia na Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

Professora Permanente do Mestrado acadêmico de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Bahia.


ana_pachecau@hotmail.com.

Manoelle Lopes Fontes

Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié, Brasil.
manufonts19@gmail.com.

 <https://orcid.org/0000-0001-8378-9067>

FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que teve como título: “Mulheres Negras, Trajetórias em Encruzilhadas”: Religiosidades, Corpos e Sexualidades em Canavieiras-Bahia.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de julho de 2021.

Aprovado em: 06 de dezembro de 2021.

